



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA NÚMERO 60/XI (2.ª SL)

Ao décimo primeiro dia do mês de Janeiro de 2011, reuniu, pelas quinze horas, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala 10 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Inspector-Geral do Trabalho, Dr. José Luís Forte, na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do BE.
2. Apreciação e votação da Acta n.º 59.
3. Apreciação do Projecto de Resolução n.º 214/XI (CDS-PP) – *Recomenda ao Governo que regule o exercício da profissão de Podologista.*
4. Discussão e votação na especialidade da proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro, que "Elimina o aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1.º e 2.º escalões e cessa a atribuição do abono aos 4.º e 5.º escalões de rendimento", no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 74/XI (CDS-PP).
5. Fixação da redacção final do diploma que "*Proíbe qualquer discriminação no acesso e no exercício do trabalho independente e transpõe a Directiva n.º 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho, a Directiva n.º 2000/78/CE, do Conselho, de 27 de Novembro, e a Directiva n.º 2006/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho.*"
6. Votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, solicitando a audição da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, para prestar esclarecimentos sobre a publicação no dia 30 de Dezembro de 2010 de quatro Portarias, que procedem à alteração dos estatutos de quatro institutos dependentes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.



7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, a solicitar a audição da Senhora Presidente do Instituto Nacional de Estatística sobre as alterações introduzidas ao modo de recolha no inquérito do Emprego em 2011.
8. Outros assuntos:
 - Distribuição para parecer: Conta Geral do Estado 2009 (a remeter à COF até 31 de Janeiro): Deputado do PS.

Entrando no primeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente começou por informar que a audição com o Senhor Inspector Geral do Trabalho se realizava na sequência da aprovação de um requerimento que havia sido apresentado pelo BE, em Maio de 2010. Seguidamente, lembrou que, tendo em conta de se que tratava da primeira reunião com o Senhor Inspector Geral, desde que este tomara posse, a 1 de Julho de 2010, a 11.ª Comissão havia entendido alargar o objecto da audição a temas genéricos do âmbito da área de actuação da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).

Em seguida, passou a palavra ao Senhor Inspector Geral do Trabalho, que fez uma apresentação sobre a ACT e as suas áreas de actuação, tendo ainda feito referência ao modo de intervenção desta entidade no âmbito da fiscalização do cumprimento da legislação laboral e salientado que aquela Autoridade havia definido os seguintes cinco eixos estratégicos de actividade:

- 1) Melhoria das condições de trabalho, através da execução da *"Estratégia Nacional para Segurança e Saúde no Trabalho"* e de outras políticas públicas;
- 2) Melhoria da qualidade do serviço público prestado pela ACT aos cidadãos e às pequenas e médias empresas;
- 3) Estabelecimento aprofundado e formal de relacionamento interinstitucional, com diferentes serviços da Administração Pública e com os parceiros sociais;
- 4) Afirmação de uma cultura organizacional e promoção da formação profissional, no âmbito da actividade interna da ACT;
- 5) Promoção da qualidade e eficiência dos serviços da ACT.



Após esta intervenção, usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE), autora do requerimento que deu origem à presente audição, lembrando que este havia sido apresentado em Maio de 2010, na sequência do despedimento de 18 trabalhadores da Fundação Serralves e da existência de falsos recibos verdes nos serviços de recepção daquela fundação. Em seguida, questionou o Senhor Inspector Geral do Trabalho sobre o modo de actuação da ACT e as alegadas perturbações internas vividas naquela entidade. Interveio ainda o Senhor Deputado José Soeiro (BE), que sumarizou cronologicamente os factos relativos à situação da Fundação Serralves, tendo salientado que, não obstante a intervenção da ACT no caso e a declaração de que os trabalhadores que estavam na recepção da Fundação se encontravam em situação ilegal, aquela entidade não corrigira a situação e acabara por despedir os trabalhadores em causa. Concluiu a sua intervenção interrogando o Senhor Inspector acerca das empresas de trabalho temporário e o artifício de constituição de empresas que era comumente usado para renovação de contratos cujo limite de renovações chegara ao limite.

O Senhor Inspector usou da palavra para responder às questões colocadas e, em seguida, foi iniciada a primeira ronda de perguntas, tendo cada intervenção a duração aproximada de cinco minutos. Nesta primeira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Maria das Mercês Borges (PSD), Artur Rego (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo o Senhor Inspector Geral do Trabalho respondido individualmente, logo após a intervenção de cada um dos Senhores Deputados.

Intervieram na segunda ronda, usando da palavra durante cerca de três minutos, os Senhores Deputados Mariana Aiveca (BE), Adriano Rafael Moreira (PSD), Margarida Almeida (PSD) e Jorge Machado (PCP), tendo o Senhor Inspector Geral do Trabalho respondido individualmente, logo após a intervenção de cada um dos Senhores Deputados. Finda a última resposta, o Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e a presença do Senhor Inspector Geral do Trabalho.

Terminada a audição, o Senhor Presidente passou ao ponto dois da Ordem do Dia, tendo a acta n.º 59 sido aprovada por unanimidade.

Quanto ao ponto três da Ordem do Dia, O Senhor Deputado Serpa Oliva (CDS-PP) apresentou o Projecto de Resolução n.º 214/XI, do CDS-PP, tendo salientado a importância da regulamentação da profissão de podologista para dignificar a profissão e



para evitar que pessoas não certificadas e sem as devidas habilitação académica e formação profissional se dedicassem a esta actividade. Acrescentou que o exercício desta profissão tinha já implicações em termos fiscais, de descontos para a Segurança Social e de pagamento de seguro profissional, assim como realçou o facto de a licenciatura em podologia estar reconhecida e lembrou, na sua qualidade de médico, a importância destes profissionais no tratamento especializado do denominado "pé diabético".

No debate, intervieram os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Maria das Mercês Borges (PSD), Mariana Aiveca (BE) e Jorge Machado (PCP), os quais foram unânimes ao salientar a importância da profissão de podologia.

Concluído o debate, o Senhor Presidente informou que, nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, O Projecto de Resolução seria remetido para efeitos de agendamento da sua votação Plenário.

Quanto ao quarto ponto da Ordem do Dia, foi o mesmo adiado por solicitação do CDS-PP.

No que respeita ao quinto ponto da Ordem do Dia, foi fixada a redacção final do diploma que *"Proíbe qualquer discriminação no acesso e no exercício do trabalho independente e transpõe a Directiva n.º 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho, a Directiva n.º 2000/78/CE, do Conselho, de 27 de Novembro, e a Directiva n.º 2006/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho"*, tendo sido acolhidas as sugestões da DAPLEN, sem votos contra.

Quanto ao sexto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) apresentou o *supra* identificado requerimento. A este propósito, intervieram os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), que disse acompanhar as preocupações ali expressas e informou que o Grupo Parlamentar do PCP havia apresentado um requerimento na Comissão de Orçamento e Finanças a solicitar a presença do Senhor Ministro da Presidência para prestar esclarecimentos relativos às alterações de métodos utilizados no INE, e a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges, que disse concordar com a necessidade de serem prestados esclarecimentos sobre o assunto em causa. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.



Entrando no sétimo ponto da Ordem do Dia, o *supra* identificado requerimento foi aprovado por unanimidade.

No tocante ao oitavo ponto da Ordem do Dia, o parecer sobre a "Conta Geral do Estado - 2009" foi distribuído ao Senhor Deputado Nuno Sá (PS).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezoito horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio, que pode ser consultado.

Palácio de São Bento, 18 de Janeiro de 2011.

O PRESIDENTE,



(RAMOS PRETO)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Custódia Fernandes
Inês de Medeiros
Jorge Machado
Jorge Strecht
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Borges
Maria José Gamboa
Maria José Nogueira Pinto
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Pedro Mota Soares
Ramos Preto
Teresa Santos
Carla Rodrigues
João Paulo Pedrosa
Nuno Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Anabela Freitas
Rita Miguel